

# MUNICÍPIO DE HELIODORA

## LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2009

Lei nº 1.452 de Junho de 2008.

Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração

da lei orçamentária de 2009 e dá outras providências.

### Disposições Preliminares

Art.1º. São estabelecidas, em cumprimento ao disposto no art. 165, § 2º, da Constituição da República, e na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, as diretrizes para a elaboração da lei orçamentária do exercício financeiro de 2009, compreendendo:

- I – as metas e prioridades da Administração Pública Municipal;
- II – orientações básicas para elaboração da lei orçamentária anual;
- III – disposições sobre a política de pessoal e serviços extraordinários;
- IV – disposições sobre a receita e alterações na legislação tributária do Município;
- V – equilíbrio entre receitas e despesas;
- VI – critérios e formas de limitação de empenho;
- VII – normas relativas ao controle de custos e a avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos dos orçamentos;
- VIII – condições e exigências para transferências de recursos a entidades públicas e privadas;
- IX – autorização para o Município auxiliar o custeio de despesas atribuídas a outros entes da federação;

# MUNICÍPIO DE HELIODORA

## LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2009

X – parâmetros para a elaboração da programação financeira e do cronograma

mensal de desembolso;

XI – definição de critérios para início de novos projetos;

XII – definição das despesas consideradas irrelevantes;

XIII – incentivo à participação popular;

XIV – as disposições gerais.

### Seção I

#### Das Metas e Prioridades da Administração Pública Municipal

Art. 2º. Em consonância com o disposto no art. 165, § 2º, da Constituição da República, atendidas as despesas que constituem obrigação constitucional ou legal do Município, as ações relativas à manutenção e funcionamento dos órgãos da administração direta e das entidades da administração indireta, as metas e as prioridades para o exercício financeiro de 2009 correspondem às ações especificadas no Anexo de Metas e Prioridades que integra esta Lei, de acordo com os programas e ações estabelecidos no Plano Plurianual relativo ao período de 2006–2009, as quais terão precedência na alocação de recursos na lei orçamentária de 2009 e na sua execução, não se constituindo, todavia, em limite à programação das despesas.

§ 1º. O projeto de lei orçamentária para 2009 deverá ser elaborado em consonância com as metas e prioridades estabelecidas na forma do caput deste artigo.

§ 2º. O projeto de lei orçamentária para 2009 conterá demonstrativo da observância das metas e prioridades estabelecidas na forma do caput deste artigo.

# MUNICÍPIO DE HELIODORA

## LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2009

### Seção II

Das Orientações Básicas para Elaboração da Lei Orçamentária Anual

#### Subseção I

Das Diretrizes Gerais

Art. 3º. As categorias de programação de que trata esta Lei serão identificadas por funções, subfunções, programas, atividades, projetos, operações especiais, de acordo com as codificações da Portaria SOF nº 42/1999, da Portaria Interministerial STN/SOF nº 163/2001 e da Lei do Plano Plurianual relativo ao período 2006-2009.

Art. 4º. O(s) orçamento(s) fiscal, da seguridade social e de investimentos discriminará(ão) a despesa, no mínimo, por elemento de despesa, conforme art. 15 da Lei nº 4.320/64.

Art. 5º. O(s) orçamento(s) fiscal, da seguridade social e de investimentos compreenderá(ão) a programação dos Poderes do Município, seus fundos, órgãos, autarquias, fundações.

Art. 6º. O projeto de lei orçamentária que o Poder Executivo encaminhará à Câmara Municipal será constituído de:

- I – texto da lei;
- II – documentos referenciados nos artigos 2º e 22 da Lei nº 4.320/1964;
- III – quadros orçamentários consolidados;
- IV – anexo(s) do(s) orçamento(s) fiscal e da seguridade social, discriminando a receita e a despesa na forma definida nesta Lei;
- V – demonstrativos e documentos previstos no art. 5º da Lei Complementar nº

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2009

101/2000;

VI- anexo do orçamento de investimentos a que se refere o art. 165, § 5º, inciso

II, da Constituição da República, na forma definida nesta Lei.

Parágrafo Único. Acompanharão a proposta, além dos demonstrativos

exigidos pela legislação em vigor, definidos no caput os seguintes demonstrativos:

I- Demonstrativo da receita corrente líquida, de acordo com o art.2º, inciso IV da

Lei Complementar nº 101/200;

II- Demonstrativo dos recursos a serem aplicados na manutenção e

desenvolvimento do ensino e no ensino fundamental, para fins do atendimento do

disposto no art. 212 da Constituição da República e no art. 60 do Ato das

Disposições Constitucionais Transitórias;

III- Demonstrativo dos recursos a serem aplicados no FUNDEB - Fundo de

Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valaorização dos

Profissionais da Educação, para fins do atendimento ao art. 60 do ADCT, com as

alterações pela Emenda Constitucional nº 53/2006;

IV- Demonstrativo dos recursos a serem aplicados nas ações e serviços públicos

de saúde, para fins do atendimento disposto na Emenda Constitucional nº 29/2000;

V- Demonstrativo da despesa com pessoal, para fins do atendimento do disposto

no art. 169 da Constituição da república e na Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 7º. A estimativa da receita e a fixação da despesa, constantes do projeto de lei orçamentária de 2009, serão elaboradas a valores correntes do exercício de 2008, projetados ao exercício a que se refere.

Parágrafo único. O projeto de lei orçamentária atualizará a estimativa da margem de expansão das despesas, considerando os acréscimos de receita

## MUNICÍPIO DE HELIODORA

### LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2009

resultantes do crescimento da economia e da evolução de outras variáveis que implicam aumento da base de cálculo, bem como de alterações na legislação tributária, devendo ser garantidas, no mínimo, as metas de resultado primário e nominal estabelecidas nesta Lei.

Art. 8º. O Poder Executivo colocará à disposição do Poder Legislativo, no mínimo trinta dias antes do prazo final para encaminhamento de sua proposta orçamentária, os estudos e as estimativas das receitas para o exercício subsequente, inclusive da corrente líquida, e as respectivas memórias de cálculo.

Parágrafo único. As entidades da Administração Indireta e o Poder Legislativo, se for o caso, encaminharão ao Órgão Central de Contabilidade do Poder Executivo, até 15 dias antes do prazo definido no caput, os estudos e as estimativas das suas receitas orçamentárias para o exercício subsequente e as respectivas memórias de cálculo, para fins de consolidação da receita municipal.

Art. 9º. O Poder Legislativo e as entidades da Administração Indireta encaminharão ao Órgão Central de Contabilidade) do Poder Executivo, até 15 de agosto de 2008, suas respectivas propostas orçamentárias, para fins de consolidação do projeto de lei orçamentária.

Art. 10. Na programação da despesa não poderão ser fixadas despesas sem que estejam definidas as respectivas fontes de recursos, de forma a evitar o comprometimento do equilíbrio orçamentário entre a receita e a despesa.

Art. 11. A lei orçamentária discriminará, nos órgãos da administração direta e nas entidades da administração indireta responsáveis pelo débito, as dotações destinadas ao pagamento de precatórios judiciais em cumprimento ao disposto no art. 100 da Constituição da República.

## MUNICÍPIO DE HELIODORA

### LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2009

§ 1º. Para fins de acompanhamento, controle e centralização, os órgãos da administração direta e as entidades da administração indireta submeterão os processos referentes ao pagamento de precatórios à apreciação da Procuradoria do Município.

§ 2º. Os recursos alocados para os fins previstos no caput deste artigo não poderão ser cancelados para abertura de créditos adicionais com outra finalidade, exceto no caso de saldo orçamentário remanescente ocioso.

#### Subseção II

##### Das Diretrizes Específicas do Orçamento de Investimento

Art. 12. O orçamento de investimento, previsto no art. 165, § 5º, inciso II, da Constituição da República, será apresentado, para cada empresa em que o Município, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto.

Parágrafo único. O detalhamento das fontes de financiamento do investimento de cada entidade referida neste artigo será feito de forma a evidenciar os recursos:

- I – gerados pela empresa;
- II – oriundos de transferências do Município;
- III – oriundos de operações de crédito internas e externas;
- IV – de outras origens, que não as compreendidas nos incisos anteriores.

#### Subseção III

##### Das Disposições Relativas à Dívida e ao Endividamento Público Municipal

Art. 13. A administração da dívida pública municipal interna e/ou externa

## MUNICÍPIO DE HELIODORA

### LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2009

tem por objetivo principal minimizar custos, reduzir o montante da dívida pública e viabilizar fontes alternativas de recursos para o Tesouro Municipal.

§ 1º. Deverão ser garantidos, na lei orçamentária, os recursos necessários para pagamento da dívida.

§ 2º. O Município, através de seus órgãos e entidades, subordinar-se-á às normas estabelecidas na Resolução nº 40/2001 do Senado Federal, que dispõe sobre os limites globais para o montante da dívida pública consolidada e da dívida pública mobiliária, em atendimento ao disposto no art. 52, incisos VI e IX, da Constituição da República.

Art. 14. Na lei orçamentária para o exercício de 2009, as despesas com amortização, juros e demais encargos da dívida serão fixadas com base nas operações contratadas.

Art. 15. A lei orçamentária poderá conter autorização para contratação de operações de crédito pelo Poder Executivo, a qual ficará condicionada ao atendimento das normas estabelecidas na lei complementar nº 101/2000 e na Resolução nº 43/2001 do Senado Federal.

Art. 16. A lei orçamentária poderá conter autorização para a realização de operações de crédito por antecipação de receita orçamentária, desde que observado o disposto no art. 38 da Lei Complementar nº 101/2000 e atendidas as exigências estabelecidas na Resolução nº 43/2001 do Senado Federal.

#### Subseção IV

Da Definição de Montante e Forma de Utilização da Reserva de Contingência

Art. 17. A lei orçamentária conterá reserva de contingência constituída exclusivamente com recursos do orçamento fiscal e será equivalente a, no

## MUNICÍPIO DE HELIODORA

### LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2009

mínimo, 3% (três por cento) da receita corrente líquida prevista na proposta orçamentária de 2009, destinada atendimento de passivos contingentes, outros riscos e eventos fiscais imprevistos e reforço das dotações orçamentárias que se tornarem insuficientes.

#### Seção III

Da Política de Pessoal e dos Serviços Extraordinários

#### Subseção I

Das Disposições Sobre Política de Pessoal e Encargos Sociais

Art. 18. Para fins de atendimento ao disposto no art. 169, § 1º, inciso II, da Constituição da República, observado o inciso I do mesmo parágrafo, ficam autorizadas as concessões de quaisquer vantagens, aumentos de remuneração, criação de cargos, empregos e funções, alterações de estrutura de carreiras, bem como admissões ou contratações de pessoal a qualquer título, desde que observado o disposto nos artigos 15, 16 e 17 da Lei Complementar nº 101/2000.

§ 1º. Além de observar as normas do caput, no exercício financeiro de 2009 as despesas com pessoal dos Poderes Executivo e Legislativo deverão atender as disposições contidas nos artigos 18, 19 e 20 da Lei Complementar nº 101/2000.

§ 2º. Se a despesa total com pessoal ultrapassar os limites estabelecidos no art. 19 da Lei Complementar nº 101/2000, serão adotadas as medidas de que tratam os §§ 3º e 4º do art. 169 da Constituição da República.

#### Subseção II

Da Previsão para Contratação Excepcional de Horas Extras

Art. 19. Se durante o exercício de 2009 a despesa com pessoal atingir o limite de que trata o parágrafo único do art. 22 da Lei Complementar nº 101/2000,

# MUNICÍPIO DE HELIODORA

## LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2009

o pagamento da realização de serviço extraordinário somente poderá ocorrer quando destinada ao atendimento de relevante interesse público que ensejem situações emergenciais de risco ou de prejuízo para a sociedade.

Parágrafo único. A autorização para a realização de serviço extraordinário para atender as situações previstas no caput deste artigo, no âmbito do Poder Executivo é de exclusiva competência do Prefeito Municipal e no âmbito do Poder Legislativo é de exclusiva competência do Presidente da Câmara.

### Seção IV

Das Disposições Sobre a Receita e Alterações na Legislação Tributária do Município

Art. 20. A estimativa da receita que constará do projeto de lei orçamentária para o exercício de 2009, com vistas à expansão da base tributária e conseqüente aumento das receitas próprias, contemplará medidas de aperfeiçoamento da administração dos tributos municipais, dentre as quais:

- I – aperfeiçoamento do sistema de formação, tramitação e julgamento dos processos tributário-administrativos, visando à racionalização, simplificação e agilização;
- II – aperfeiçoamento dos sistemas de fiscalização, cobrança e arrecadação de tributos, objetivando a sua maior exatidão;
- III – aperfeiçoamento dos processos tributário-administrativos, por meio da revisão e racionalização das rotinas e processos, objetivando a modernização, a padronização de atividades, a melhoria dos controles internos e a eficiência na prestação de serviços;
- IV – aplicação das penalidades fiscais como instrumento inibitório da prática de

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2009

infração da legislação tributária.

Art. 21. A estimativa da receita de que trata o artigo anterior levará em

consideração, adicionalmente, o impacto de alteração na legislação tributária, com

destaque para:

- I – atualização da planta genérica de valores do Município;
- II – revisão, atualização ou adequação da legislação sobre Imposto Predial e Territorial Urbano, suas alíquotas, forma de cálculo, condições de pagamentos, descontos e isenções, inclusive com relação à progressividade deste imposto;
- III – revisão da legislação sobre o uso do solo, com redefinição dos limites da zona urbana municipal;
- IV – revisão da legislação referente ao Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza;
- V – revisão da legislação aplicável ao Imposto sobre Transmissão Intervivos de Bens Imóveis e de Direitos Reais sobre Imóveis;
- VI – instituição de taxas pela utilização efetiva ou potencial de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos a sua disposição;
- VII – revisão da legislação sobre as taxas pelo exercício do poder de polícia;
- VIII – revisão das isenções dos tributos municipais, para manter o interesse público e a justiça fiscal;
- IX – instituição, por lei específica, da Contribuição de Melhoria com a finalidade de tornar exequível a sua cobrança;
- X – a instituição de novos tributos ou a modificação, em decorrência de alterações legais, daqueles já instituídos.

## MUNICÍPIO DE HELIODORA

### LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2009

Art. 22. O projeto de lei que conceda ou amplie incentivo ou benefício de natureza tributária somente será aprovado se atendidas as exigências do art. 14 da Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 23. Na estimativa das receitas do projeto de lei orçamentária poderão ser considerados os efeitos de propostas de alterações na legislação tributária que estejam em tramitação na Câmara Municipal.

§ 1º. Caso as alterações propostas não sejam aprovadas, ou o sejam parcialmente, de forma a não permitir a integralização dos recursos esperados, as dotações à conta das referidas receitas serão canceladas, mediante decreto, nos 30 (trinta) dias subseqüentes à publicação do projeto de lei orçamentária de 2009.

§ 2º. No caso de não-aprovação das propostas de alteração previstas no caput, poderá ser efetuada a substituição das fontes condicionadas por excesso de arrecadação de outras fontes, inclusive de operações de crédito, ou por superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior, antes do cancelamento previsto no § 1º deste artigo.

#### Seção V

##### Do Equilíbrio Entre Receitas e Despesas

Art. 24. A elaboração do projeto, a aprovação e a execução da lei orçamentária do exercício de 2009 serão orientadas no sentido de alcançar o superávit primário necessário para garantir uma trajetória de solidez financeira da administração municipal, conforme discriminado no Anexo de Metas Fiscais, constante desta Lei.

Art. 25. Os projetos de lei que impliquem em diminuição de receita ou aumento de despesa do Município no exercício de 2009 deverão estar

## MUNICÍPIO DE HELIODORA

### LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2009

acompanhados de demonstrativos que discriminem o montante estimado da diminuição da receita ou do aumento da despesa, para cada um dos exercícios compreendidos no período de 2009 a 2011, demonstrando a memória de cálculo respectiva.

Parágrafo único. Não será aprovado projeto de lei que implique em aumento de despesa sem que estejam acompanhados das medidas definidas nos arts. 16 e 17 da Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 26. As estratégias para busca ou manutenção do equilíbrio entre as receitas e despesas poderão levar em conta as seguintes medidas:

I – para elevação das receitas:

- a – a implementação das medidas previstas nos arts. 20 e 21 desta Lei;
- b – atualização e informatização do cadastro imobiliário;
- c – chamamento geral dos contribuintes inscritos na Dívida Ativa.

II – para redução das despesas:

- a – utilização da modalidade de licitação denominada pregão e implantação de rigorosa pesquisa de preços, de forma a baratear toda e qualquer compra e evitar a cartelização dos fornecedores;
- b – revisão geral das gratificações concedidas aos servidores.

#### Seção VI

##### Dos Critérios e Formas de Limitação de Empenho

Art. 27. Na hipótese de ocorrência das circunstâncias estabelecidas no caput do artigo 9º, e no inciso II do § 1º do artigo 31, da Lei Complementar nº 101/2000, o Poder Executivo e o Poder Legislativo procederão à respectiva limitação de empenho e de movimentação financeira, calculada de forma

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2009

proporcional à participação dos Poderes no total das dotações iniciais constantes da lei orçamentária de 2009, utilizando para tal fim as cotas orçamentárias e financeiras.

§ 1º. Excluem-se da limitação prevista no caput deste artigo:

- I – as despesas com pessoal e encargos sociais;
- II – as despesas com benefícios previdenciários;
- III – as despesas com amortização, juros e encargos da dívida;
- IV – as despesas com PASEP;
- V – as despesas com o pagamento de precatórios e sentenças judiciais;
- VI – as demais despesas que constituam obrigação constitucional e legal.

§ 2º. O Poder Executivo comunicará ao Poder Legislativo o montante que lhe caberá tornar indisponível para empenho e movimentação financeira, conforme proporção estabelecida no caput deste artigo.

§ 3º. Os Poderes Executivo e Legislativo, com base na comunicação de que trata o parágrafo anterior, emitirão e publicarão ato próprio estabelecendo os montantes que caberão aos respectivos órgãos e entidades na limitação do empenho e da movimentação financeira.

§ 4º. Se verificado, ao final de um bimestre, que a realização da receita não será suficiente para garantir o equilíbrio das contas públicas, adotar-se-ão as mesmas medidas previstas neste artigo.

Seção VII

Das Normas Relativas ao Controle de Custos e Avaliação dos Resultados dos Programas Financiados com Recursos dos Orçamentos

## MUNICÍPIO DE HELIODORA

### LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2009

Art. 28. O Poder Executivo realizará estudos visando a definição de sistema de controle de custos e a avaliação do resultado dos programas de governo.

Art. 29. Além de observar as demais diretrizes estabelecidas nesta Lei, a alocação dos recursos na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, bem como a respectiva execução, serão feitas de forma a propiciar o controle de custos e a avaliação dos resultados dos programas de governo.

§ 1º. A lei orçamentária de 2009 e seus créditos adicionais deverão agregar todas as ações governamentais necessárias ao cumprimento dos objetivos dos respectivos programas, sendo que as ações governamentais que não contribuïrem para a realização de um programa específico deverão ser agregadas num programa denominado "Apoio Administrativo" ou de finalidade semelhante.

§ 2º. Merecerá destaque o aprimoramento da gestão orçamentária, financeira e patrimonial, por intermédio da modernização dos instrumentos de planejamento, execução, avaliação e controle interno.

§ 3º. O Poder Executivo promoverá amplo esforço de redução de custos, otimização de gastos e reordenamento de despesas do setor público municipal, sobretudo pelo aumento da produtividade na prestação de serviços públicos e sociais.

#### Seção VIII

Das Condições e Exigências para Transferências de Recursos a Entidades Públicas e Privadas

Art. 30. É vedada a inclusão, na lei orçamentária e em seus créditos

## MUNICÍPIO DE HELIODORA

### LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2009

adicionais, de dotações a título de subvenções sociais, ressalvadas as

autorizadas mediante lei específica que sejam destinadas:

I – às entidades que prestem atendimento direto ao público, de forma gratuita, nas

áreas de assistência social, saúde, educação ou cultura;

II – às entidades sem fins lucrativos que realizem atividades de natureza

continuada;

III – às entidades que tenham sido declaradas por lei como sendo de utilidade

pública.

Parágrafo único. Para habilitar-se ao recebimento de subvenções sociais, a entidade privada sem fins lucrativos deverá apresentar declaração de regular funcionamento, emitida no exercício de 2009 por, no mínimo, uma autoridade local, e comprovante da regularidade do mandato de sua diretoria.

Art. 31. É vedada a inclusão, na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, de dotações a título de auxílios e contribuições para entidades públicas e/ou privadas, ressalvadas as autorizadas mediante lei específica e desde que sejam:

I – de atendimento direto e gratuito ao público, voltadas para as ações relativas ao ensino, saúde, cultura, assistência social, agropecuária e de proteção ao meio ambiente;

II – associações ou consórcios intermunicipais, constituídos exclusivamente por entes públicos, legalmente instituídos e signatários de contrato de gestão com a administração pública municipal, e que participem da execução de programas municipais.

## MUNICÍPIO DE HELIODORA

### LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2009

Art. 32. É vedada a inclusão, na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, de dotações a título de contribuições para entidades privadas de fins lucrativos, ressalvadas as instituídas por lei específica no âmbito do Município que sejam destinadas aos programas de desenvolvimento industrial.

Art. 33. É vedada a inclusão, na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, de dotação para a realização de transferência financeira a outro ente da federação, exceto para atender as situações que envolvam claramente o atendimento de interesses locais, observadas as exigências do art. 25 da Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 34. As entidades beneficiadas com os recursos públicos previstos nesta Seção, a qualquer título, submeter-se-ão à fiscalização do Poder Executivo com a finalidade de verificar o cumprimento dos objetivos para os quais receberam os recursos.

Art. 35. As transferências de recursos às entidades previstas nos arts. 30 a 33 desta Seção deverão ser precedidas da aprovação de plano de trabalho e da celebração de convênio, devendo ser observadas na elaboração de tais instrumentos as exigências do art. 116 da Lei nº 8.666/1993, ou de outra Lei que vier substituí-la ou alterá-la.

§ 1º. Compete ao órgão ou entidade concedente o acompanhamento da realização do plano de trabalho executado com recursos transferidos pelo Município.

§ 2º. É vedada a celebração de convênio com entidade em situação irregular com o Município, em decorrência de transferência feita anteriormente.

## MUNICÍPIO DE HELIODORA

### LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2009

§ 3º. Excetuam-se do cumprimento dos dispositivos legais a que se refere o caput deste artigo as caixas escolares da rede pública municipal de ensino que receberem recursos diretamente do Governo Federal por meio do PDDE – Programa Dinheiro Direto na Escola.

Art. 36. É vedada a destinação, na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, de recursos para diretamente cobrir necessidades de pessoas físicas, ressalvadas as que atendam as exigências do art. 26 da Lei Complementar nº 101/2000 e sejam observadas as condições definidas na lei específica.

Parágrafo único. As normas do caput deste artigo não se aplicam a ajuda a pessoas físicas custeadas pelos recursos do Sistema Único de Saúde.

Art. 37. A transferência de recursos financeiros de uma entidade para outra, inclusive da Prefeitura Municipal para as entidades da Administração Indireta e para a Câmara Municipal, fica limitada ao valor previsto na lei orçamentária anual e em seus créditos adicionais.

Parágrafo único. O aumento da transferência de recursos financeiros de uma entidade para outra somente poderá ocorrer mediante prévia autorização legislativa, conforme determina o art. 167, inciso VI da Constituição da República.

#### Seção IX

Da Autorização para o Município Auxiliar no Custeio de Despesas de Competência de Outros Entes da Federação

Art 38. É vedada a inclusão, na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, de dotações para que o Município contribua para o custeio de despesas de competência de outro ente da federação, ressalvadas as

## MUNICÍPIO DE HELIODORA

### LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2009

autorizadas mediante lei específica e que sejam destinadas ao atendimento das situações que envolvam claramente o interesse local.

Parágrafo único. A realização da despesa definida no caput deste artigo deverá ser precedida da aprovação de plano de trabalho e da celebração de convênio, de acordo com o art. 116 da Lei nº 8.666/1993.

#### Seção X

Dos Parâmetros para a Elaboração da Programação Financeira e do Cronograma Mensal de Desembolso

Art. 39. O Poder Executivo estabelecerá por ato próprio, até 30 (trinta) dias após a publicação da lei orçamentária de 2009, as metas bimestrais de arrecadação, a programação financeira e o cronograma mensal de desembolso, respectivamente, nos termos dos arts. 13 e 8º da Lei Complementar nº 101/2000.

§ 1º. Para atender ao caput deste artigo, as entidades da administração indireta e o Poder Legislativo encaminharão ao Órgão Central de Contabilidade do Município, até 15 (quinze) dias após a publicação da lei orçamentária de 2009, os seguintes demonstrativos:

I – as metas mensais de arrecadação de receitas, de forma a atender o disposto no art. 13 da Lei Complementar nº 101/2000;

II – a programação financeira das despesas, nos termos do art. 8º da Lei Complementar nº 101/2000;

III – o cronograma mensal de desembolso, incluídos os pagamentos dos restos a pagar, nos termos do art. 8º da Lei Complementar nº 101/2000.

§ 2º. O Poder Executivo deverá dar publicidade às metas bimestrais de

# MUNICÍPIO DE HELIODORA

## LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2009

arrecadação, à programação financeira e ao cronograma mensal de desembolso, no órgão oficial de publicação do Município até 30 (trinta) dias após a publicação da lei orçamentária de 2009;

§ 3º. A programação financeira e o cronograma mensal de desembolso de que trata o caput deste artigo deverão ser elaborados de forma a garantir o cumprimento da meta de resultado primário estabelecida nesta Lei.

### Seção XI

#### Da Definição de Critérios para Início de Novos Projetos

Art. 40. Além da observância das metas e prioridades definidas nos termos do artigo 2º desta Lei, a lei orçamentária de 2009 e seus créditos adicionais, observado o disposto no art. 45 da Lei Complementar nº 101/2000, somente incluirão projetos novos se:

I – estiverem compatíveis com o Plano

Plurianual de 2006-2009 e com as normas desta Lei;

II – as dotações consignadas às obras já iniciadas forem suficientes para o atendimento de seu cronograma físico-financeiro;

III – estiverem preservados os recursos necessários à conservação do patrimônio público;

IV – os recursos alocados destinarem-se a contrapartidas de recursos federais, estaduais ou de operações de crédito.

Parágrafo único. Considera-se projeto em andamento para os efeitos desta Lei, aquele cuja execução iniciar-se até a data de encaminhamento da proposta orçamentária de 2009, cujo cronograma de execução ultrapasse o término do exercício de 2008.

# MUNICÍPIO DE HELIODORA

## LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2009

### Seção XII

#### Da Definição das Despesas Consideradas Irrelevantes

Art. 41. Para fins do disposto no § 3º do art. 16 da Lei Complementar nº 101/2000, são consideradas despesas irrelevantes aquelas cujo valor não ultrapasse os limites previstos nos incisos I e II do art. 24 da Lei nº 8.666/1993, nos casos, respectivamente, de obras e serviços de engenharia e de outros serviços e compras.

### Seção XIII

#### Do Incentivo à Participação Popular

Art. 42. O projeto de lei orçamentária do Município, relativo ao exercício financeiro de 2009, deverá assegurar a transparência na elaboração e execução do orçamento.

Parágrafo único – O princípio da transparência implica, além da observância do princípio constitucional da publicidade, na utilização dos meios disponíveis para garantir o efetivo acesso dos munícipes às informações relativas ao orçamento.

Art. 43. Será assegurada ao cidadão a participação nas audiências públicas para:

- I – elaboração da proposta orçamentária de 2009, mediante regular processo de consulta;
- II – avaliação das metas fiscais, conforme definido no art. 9º, § 4º, da Lei Complementar nº 101/2000, ocasião em que o Poder Executivo demonstrará o comportamento das metas previstas nesta Lei.

## MUNICÍPIO DE HELIODORA

### LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2009

#### Seção XIV

#### Das Disposições Gerais

Art. 44. O Poder Executivo poderá, mediante decreto, transpor, remanejar, transferir ou utilizar, total ou parcialmente, as dotações orçamentárias aprovadas na lei orçamentária de 2009 e em seus créditos adicionais, em decorrência de extinção, transformação, transferência, incorporação ou desmembramento de órgãos e entidades, bem como de alterações de suas competências ou atribuições, mantida a estrutura programática, expressa por categoria de programação, conforme definida no art. 3º, desta Lei.

§ 1º. As categorias de programação, aprovadas na lei orçamentária de 2009 e em seus créditos adicionais, poderão ser modificadas, por meio de decreto, para atender às necessidades de execução, desde que verificada a inviabilidade técnica, operacional ou econômica da execução do crédito, criando, quando necessário, novas naturezas de despesa.

§ 2º. As modificações a que se refere este artigo também poderão ocorrer quando da abertura de créditos suplementares autorizados na lei orçamentária, os quais deverão ser abertos mediante decreto do Poder Executivo.

Art. 45. A abertura de créditos suplementares e especiais dependerá de prévia autorização legislativa e da existência de recursos disponíveis para cobrir a despesa, nos termos da Lei nº 4.320/1964 e da Constituição da República.

§ 1º. A lei orçamentária conterà autorização e disporá sobre o limite para a abertura de créditos adicionais suplementares.

§ 2º. Acompanharão os projetos de lei relativos a créditos adicionais

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2009

exposições de motivos circunstanciadas que os justifiquem e que indiquem as conseqüências dos cancelamentos de dotações propostos.

Art. 46. A reabertura dos créditos especiais e extraordinários, conforme disposto no art. 167, § 2º, da Constituição da República, será efetivada mediante decreto do Prefeito Municipal, utilizando os recursos previstos no art. 43 da Lei nº 4.320/1964.

Art 47. O Poder Executivo poderá encaminhar mensagem ao Poder Legislativo para propor modificações no projeto de lei orçamentária anual enquanto não iniciada a sua votação, no tocante as partes cuja alteração é proposta.

Art. 48. Se o projeto de lei orçamentária de 2009 não for sancionado pelo Prefeito até 31 de dezembro de 2008, a programação dele constante poderá ser executada para o atendimento das seguintes despesas:

- I – pessoal e encargos sociais;
- II – benefícios previdenciários;
- III – amortização, juros e encargos da dívida;
- IV – PIS-PASEP;
- V – demais despesas que constituem obrigações constitucionais ou legais do Município; e
- VI – outras despesas correntes de caráter inadiável.

§ 1º As despesas descritas no inciso VI deste artigo estão limitadas à 1/12 (um doze avos) do total de cada ação prevista no projeto de lei orçamentária de 2009, multiplicado pelo número de meses decorridos até a sanção da respectiva

MUNICÍPIO DE HELIODORA

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2009

lei.

§ 2º Na execução de outras despesas correntes de caráter inadiável, a que se refere o inciso VI do caput, o ordenador de despesa poderá considerar os valores constantes do projeto de lei orçamentária de 2009 para fins do cumprimento do disposto no art. 16 da Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 49. Em atendimento ao disposto no art. 4º, §§ 1º, 2º e 3º da Lei Complementar nº 101/2000, integram a presente Lei os seguintes anexos:

I – Anexo de Metas e Prioridades;

II – Anexo de Metas Fiscais;

III – Anexo de Riscos Fiscais.

Art. 50. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Heliodora, 26 de junho de 2008

  
Luiz Roberto de Souza  
Prefeito Municipal

LUIZ ROBERTO DE SOUZA  
PREFEITO MUNICIPAL

# ANEXO DE METAS FISCAIS

MUNICÍPIO DE HELIODORA

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2009  
ANEXO DE METAS FISCAIS  
CONSOLIDADO DO MUNICÍPIO  
DEMONSTRATIVO I - METAS ANUAIS

Valores em R\$1,00

LRF, art. 4º, § 1

ESPECIFICAÇÃO	2009			2010			2011		
	VALOR CORRENTE ( A )	VALOR CONSTANTE	% PIB	VALOR CORRENTE ( B )	VALOR CONSTANTE	% PIB	VALOR CORRENTE ( C )	VALOR CONSTANTE	% PIB
Receita Total	8.150.000,00	7.799.043,06	0,00	7.330.000,00	6.712.300,54	0,00	7.330.000,00	6.423.254,11	0,00
Receitas Primárias ( I )	7.794.800,00	7.459.138,76	0,00	6.966.000,00	6.378.974,84	0,00	6.966.000,00	6.104.282,14	0,00
Despesa Total	8.150.000,00	7.799.043,06	0,00	7.330.000,00	6.712.300,54	0,00	7.330.000,00	6.423.254,11	0,00
Despesas Primárias ( II )	8.065.000,00	7.717.703,35	0,00	7.255.000,00	6.643.620,80	0,00	7.255.000,00	6.357.531,86	0,00
Resultado Primário ( I - II )	-270.200,00	-258.564,59	0,00	-289.000,00	-264.645,96	0,00	-289.000,00	-253.249,72	0,00
Resultado Nominal	-144.020,00	-137.818,18	0,00	-150.000,00	-137.359,49	0,00	-150.000,00	-131.444,49	0,00
Dívida Pública Consolidada	200.000,00	191.387,56	0,00	250.000,00	228.932,49	0,00	200.000,00	175.259,32	0,00
Dívida Consolidada Líquida	-2.170.180,00	-2.076.727,27	0,00	-2.320.180,00	-2.124.658,32	0,00	-2.470.180,00	-2.164.610,35	0,00

PRODUTO INTERNO BRUTO ( PIB ) - VALORES PREVISTOS ( EM REAIS )

2009	2010	2011
0,00	0,00	0,00

ÍNDICES DE INFLAÇÃO -- VALORES PREVISTOS ( EM % )

2009	2010	2011
4,50	4,50	4,50

# MUNICÍPIO DE HELIODORA

## LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2009

### ANEXO DE METAS FISCAIS

#### CONSOLIDADO DO MUNICÍPIO

#### DEMONSTRATIVO IV - EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

LRF, art. 4º, § 2º, Inciso III

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2005		2006		2007		Valores em R\$1,00
		%		%		%	
Patrimônio / Capital	2.572.137,58	100,00	2.688.559,97	100,00	2.608.495,24	100,00	
Reservas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Resultado Acumulado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
<b>TOTAL PATRIMONIO LIQUIDO</b>	<b>2.572.137,58</b>	<b>100,00</b>	<b>2.688.559,97</b>	<b>100,00</b>	<b>2.608.495,24</b>	<b>100,00</b>	

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	REGIME PREVIDENCIÁRIO		2006		2007	
	2005	%		%		%
Patrimônio	1.263.675,43	100,00	1.707.090,20	100,00	2.229.522,07	100,00
Reservas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Lucros ou Prejuízos Acumulados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL PATRIMONIO LIQUIDO</b>	<b>1.263.675,43</b>	<b>100,00</b>	<b>1.707.090,20</b>	<b>100,00</b>	<b>2.229.522,07</b>	<b>100,00</b>

MUNICÍPIO DE HELIODORA

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2009

ANEXO DE METAS FISCAIS

CONSOLIDADO DO MUNICÍPIO

DEMONSTRATIVO V - ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS

LRF, art. 4º, § 2º, Inciso III	Valores em R\$1,00		
	2005	2006	2007
<b>RECEITAS REALIZADAS</b>			
ORIGEM DOS RECURSOS	0,00	88.850,00	17.000,00
Receitas de Alienações e Rentabilidades Financeiras	0,00	88.850,00	17.000,00
Alienação de bens Móveis	0,00	88.850,00	17.000,00
Alienação de bens Imóveis	0,00	0,00	0,00
TOTAL ( I )	0,00	88.850,00	17.000,00
<b>DESPESAS LIQUIDADAS</b>			
2005	2006	2007	
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS	0,00	88.850,00	0,00
Investimentos	0,00	88.850,00	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00
Amortização/Refinanciamento da Dívida	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes do RPPS	0,00	0,00	0,00
TOTAL ( II )	0,00	88.850,00	0,00
SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR ( III )	0,00	0,00	0,00
SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ( IV ) = ( I - II + III )	0,00	0,00	17.000,00

# MUNICÍPIO DE HELIODORA

## LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2009

### ANEXO DE METAS FISCAIS

#### CONSOLIDADO DO MUNICÍPIO

#### DEMONSTRATIVO VI - RECEITAS, DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS E PROJEÇÃO ATUARIAL DO RPPS

Valores em R\$1,00			
LRF, art. 4º, § 2º, inciso IV, alínea a	2005	2006	2007
<b>RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS</b>			
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS ( EXCETO INTRA - ORÇAMENTÁRIAS )	297.229,42	332.730,56	389.273,43
RECEITAS CORRENTES	297.229,42	332.730,56	389.273,43
Receita de Contribuições	136.701,27	134.073,42	186.272,41
Pessoal Civil	136.701,27	134.073,42	186.272,41
Demais Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	160.528,15	196.812,86	200.192,52
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	1.844,28	2.808,50
Compensação Prev Reg Geral e Reg Pro Prev Servidores	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	1.844,28	2.808,50
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS ( INTRA - ORÇAMENTÁRIAS )	0,00	0,00	156.788,72
RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	156.788,72
Receita de Contribuições	0,00	0,00	156.788,72
Pessoal Civil	0,00	0,00	156.788,72
Contribuição Previdenciária p / Cobertura de Deficit Atuarial	0,00	0,00	0,00
Contribuição Previdenciária em Regime de Debitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00
REPASSES PREVIDENCIÁRIOS RECEBIDOS PELO RPPS	189.070,84	138.978,46	0,00
Contribuição Patronal do Servidor Ativo Civil	189.070,84	138.978,46	0,00
Contribuição Patronal do Servidor Inativo Civil	0,00	0,00	0,00
Contribuição Patronal do Servidor Pensionista Civil	0,00	0,00	0,00
REPASSES PREVIDENCIÁRIOS P / COBERTURA DE DEFICIT ATUARIAL	0,00	0,00	0,00
REPASSES PREVIDENCIÁRIOS P / COBERTURA DE DEFICIT FINANCEIRO	0,00	0,00	0,00
OUTROS APORTES AO RPPS	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS ( I )	486.300,26	471.709,02	546.062,15
<b>DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS</b>			
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS ( EXCETO INTRA - ORÇAMENTÁRIAS )	44.776,19	50.284,51	41.640,67
ADMINISTRAÇÃO GERAL	44.776,19	50.284,51	41.640,67
Despesas Correntes	44.776,19	48.311,51	41.380,67
Despesas de Capital	0,00	1.973,00	260,00
PREVIDÊNCIA SOCIAL	256.832,84	292.056,05	344.569,14
Pessoal Civil	256.534,84	292.056,05	330.732,25
Outras Despesas Previdenciárias	298,00	0,00	13.836,89
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS ( INTRA - ORÇAMENTÁRIAS )	0,00	0,00	0,00
Administração	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00
Reservas do RPPS	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS ( II )	301.609,03	342.340,56	386.209,81
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO ( I - II )	184.691,23	129.368,46	159.852,34
DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS DO RPPS	1.263.125,76	1.677.757,04	2.159.720,56

# MUNICÍPIO DE HELIODORA

## LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2009

### ANEXO DE METAS FISCAIS

#### CONSOLIDADO DO MUNICÍPIO

#### DEMONSTRATIVO VI - RECEITAS, DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS E PROJEÇÃO ATUARIAL DO RPPS

Valores em R\$1,00

LRF, art. 4º, § 2º, inciso IV, alínea a

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS VALOR (A)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS VALOR (B)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO VALOR (C) = (A - B)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (D) = ("D" EXERC ANTERIOR) + (C)
2009	186.294,85	22.953,92	163.340,73	2.323.061,29
2010	174.249,54	36.250,25	137.999,29	2.461.060,58
2011	162.247,00	58.270,63	103.976,37	2.565.036,95
2012	149.519,86	67.980,36	81.539,50	2.646.576,45
2013	138.968,92	93.023,48	45.945,44	2.692.521,89
2014	126.799,07	109.052,05	17.747,02	2.710.268,91
2015	116.204,54	137.207,48	-21.002,94	2.689.265,97
2016	104.367,93	167.020,14	-62.652,21	2.626.613,76
2017	92.525,34	168.977,18	-76.451,84	2.550.161,92
2018	84.908,66	192.612,24	-107.703,58	2.442.458,34
2019	74.916,09	201.669,43	-126.753,34	2.315.705,00
2020	67.006,91	210.124,52	-143.117,61	2.172.587,39
2021	59.659,66	222.454,11	-162.794,45	2.009.792,94
2022	52.060,04	244.488,35	-192.428,31	1.817.364,63
2023	43.267,95	232.965,54	-189.697,59	1.627.667,04
2024	39.244,37	217.352,11	-178.107,74	1.449.559,30
2025	36.683,54	230.262,24	-193.578,70	1.255.980,60
2026	30.524,24	217.881,81	-187.357,57	1.068.623,03
2027	27.543,37	234.419,53	-206.876,16	861.746,87
2028	21.171,81	233.758,71	-212.586,90	649.159,97
2029	16.778,87	226.528,04	-209.749,17	439.410,80
2030	13.802,40	212.019,07	-198.216,67	241.194,13
2031	12.264,33	203.282,59	-191.018,26	50.175,87
2032	10.340,91	197.185,00	-186.844,09	-136.668,22
2033	8.107,55	191.400,46	-183.292,91	-319.961,13
2034	5.892,12	177.016,76	-171.124,64	-491.085,77
2035	5.017,66	168.991,00	-163.973,34	-655.059,11
2036	3.669,79	155.104,29	-151.434,50	-806.493,61
2037	3.159,90	149.183,97	-146.024,07	-952.517,68
2038	1.843,09	140.862,31	-139.019,22	-1.091.536,90
2039	775,58	128.116,48	-127.340,90	-1.218.877,80
2040	501,62	120.085,98	-119.584,36	-1.338.462,16
2041	0,00	108.280,89	-108.280,89	-1.446.743,05
2042	0,00	94.517,77	-94.517,77	-1.541.260,82
2043	0,00	84.936,49	-84.936,49	-1.626.197,31

# MUNICÍPIO DE HELIODORA

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2009

ANEXO DE METAS FISCAIS

CONSOLIDADO DO MUNICÍPIO

DEMONSTRATIVO VIII - MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO

LRF, art. 4º, § 2º, Inciso V

Valores em R\$1,00

Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE HELIODORA

EVENTO	VALOR PREVISTO -- 2009
SALDO FINAL DO AUMENTO PERMANENTE DE RECEITA ( I )	0,00
MARGEM BRUTA ( III ) = ( I + II )	0,00
SALDO UTILIZADO ( IV )	0,00
MARGEM LÍQUIDA DE EXPANSÃO DE DOCC ( III - IV )	0,00

Entidade: INST. PREVIDENCIA MUNICIPAL DE HELIODORA

EVENTO	VALOR PREVISTO -- 2009
SALDO FINAL DO AUMENTO PERMANENTE DE RECEITA ( I )	0,00
MARGEM BRUTA ( III ) = ( I + II )	0,00
SALDO UTILIZADO ( IV )	0,00
MARGEM LÍQUIDA DE EXPANSÃO DE DOCC ( III - IV )	0,00

Entidade: CAMARA MUNICIPAL DE HELIODORA (MG)

EVENTO	VALOR PREVISTO -- 2009
SALDO FINAL DO AUMENTO PERMANENTE DE RECEITA ( I )	0,00
MARGEM BRUTA ( III ) = ( I + II )	0,00
SALDO UTILIZADO ( IV )	0,00
MARGEM LÍQUIDA DE EXPANSÃO DE DOCC ( III - IV )	0,00

# ANEXO DE RISCOS FISCAIS

MUNICÍPIO DE HELIODORA

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2009

ANEXO DE RISCOS FISCAIS

CONSOLIDADO DO MUNICÍPIO

DEMONSTRATIVO IX - RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS

LRF, art. 4º, § 3º

Valores em R\$1,00

Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE HELIODORA

RISCOS FISCAIS

RISCOS FISCAIS		PROVIDÊNCIAS	
DESCRIÇÃO	VALOR	DESCRIÇÃO	VALOR
Despesas não previstas no orçamento que possa afetar o equilíbrio orçamentário e financeiro, como sentenças judiciais, indenizações trabalhistas e despesas com encargos sociais não previstas	189.900,00	As medidas a serem tomadas projeto lei solicitando abertura de crédito especial para pagamento das despesas não previstas em orçamentos	189.900,00

# METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

MUNICÍPIO DE HELIODORA

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2009

DEMONSTRATIVO DAS METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

ENTIDADE: PREFEITURA MUNICIPAL DE HELIODORA

PROGRAMA: 0003 ATENÇÃO A SAÚDE DA COMUNIDADE

OBJETIVO: PROMOVER O ACESSO UNIVERSAL DA POPULAÇÃO AOS SERVIÇOS AMBULATORIAIS, EMERGENCIAIS E HOSPITALARES DESENVOLVIDOS PELA UNIDADE DE SAÚDE E HOSPITAL MUNICIPAL.

AÇÃO	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	META	RESULTADO ESPERADO
2.018	MANUT. ATIVIDADES DO SERVIÇO DE EPIDEMIOLOGIA	%	100,00	ATIVIDADE MANTIDA
2.019	MANUT. ATIVIDADES DA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE.	%	100,00	ATIVIDADE MANTIDA
2.020	MANUT. ATIVIDADES DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA	%	100,00	ATIVIDADE MANTIDA
2.022	MANUT. ATIVIDADES DO HOSPITAL MUNICIPAL.	%	100,00	ATIVIDADE MANTIDA
2.079	MANUT. ATIVIDADES DO PROGRAMA SAÚDE EM CASA	%	0,00	ATIVIDADE MANTIDA.

PROGRAMA: 0004 PROGRAMA SAÚDE NA FAMÍLIA

OBJETIVO: PROMOVER O ACESSO AOS SERVIÇOS BÁSICOS DE SAÚDE DESTINADOS À POPULAÇÃO DO MUNICÍPIO, ATRAVÉS DAS EQUIPES DE SAÚDE DA FAMÍLIA.

AÇÃO	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	META	RESULTADO ESPERADO
0.013	SUBV. SOCIAL A. B. FLORESTA REC-PSF	%	100,00	SUBVENÇÃO CONCEDIDA.
0.014	SUBV. SOCIAL A. B. FLORESTA REC-PACS	%	100,00	SUBVENÇÃO CONCEDIDA.

PROGRAMA: 0006 ATENDIMENTO À MERENDA ESCOLAR

OBJETIVO: PROPORCIONAR UMA NUTRIÇÃO RICA E SAUDÁVEL AO EDUCANDO, VISANDO UM MELHOR APROVEITAMENTO EDUCACIONAL.

AÇÃO	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	META	RESULTADO ESPERADO
2.026	MANUT. MERENDA ESCOLAR ENS. FUND. REC-PROPRIOS	%	100,00	ALUNOS ALIMENTADOS
2.027	MANUT. MERENDA ESCOLAR ENS. FUND. REC. PNAE	%	100,00	ALUNOS ALIMENTADOS
2.028	MANUT. MERENDA ESCOLAR PRE-ESCOLA REC-PNAE	%	100,00	ALUNOS ALIMENTADOS
2.029	MANUT. MERENDA ESCOLAR PRE-ESCOLA REC-PROPRIOS	%	100,00	ALUNOS ALIMENTADOS

MUNICÍPIO DE HELIODORA

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2009

DEMONSTRATIVO DAS METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

AÇÃO	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	META	RESULTADO ESPERADO
2.030	MANUT. MERENDA ESCOLAR - CRECHE	%	100,00	CRAINÇAS ALIMENTADAS
2.077	MANUT. MERENDA ESCOLAR-CRECHE/PNAE	%	0,00	ATIVIDADE MANTIDA

PROGRAMA: 0007 UNIVERSALIZAÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL

OBJETIVO: PROPORCIONAR ACESSO UNIVERSAL AO ALUNO DO ENSINO FUNDAMENTAL, ASSEGURANDO CONDIÇÕES NO SENTIDO DE ELVAR O NÍVEL DA APRENDIZAGEM A PARTIR DE AÇÕES QUE PROMOVAM O CONHECIMENTO, A

HABILIDADE E A FORMAÇÃO DE ATITUDES E VALORES DO CIDADÃO.

AÇÃO	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	META	RESULTADO ESPERADO
2.031	MANUT. DO ENS. FUNDAMENTAL REC. PROPRIOS	%	100,00	ATIVIDADE MANTIDA
2.033	MANUT. QUOTA PARTE DO SALÁRIO EDUCAÇÃO.	%	100,00	ATIVIDADE MANTIDA
2.034	REMUNERAÇÃO DOS PROF. DO FUNDEF (60%)	%	100,00	PROFESSORES REMUNERADOS.
2.035	MANUT. ATIVIDADES DO FUNDEF (40%)	%	100,00	ATIVIDADE MANTIDA

PROGRAMA: 0008 UNIVERSALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL

OBJETIVO: CAPACITAR OS ALUNOS DA EDUCAÇÃO INFANTIL DE MANEIRA A PROMOVER O SEU DESENVOLVIMENTO SOCIAL, FÍSICO INTELLECTUAL, PREPARANDO-O PARA O ENSINO FUNDAMENTAL.

AÇÃO	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	META	RESULTADO ESPERADO
2.036	MANUT. ATIVIDADES DAS CRECHES MUNICIPAIS	%	100,00	CRECHES MANTIDAS
2.037	MANUT. ATIVIDADES DA EDUCAÇÃO PRE-ESCOLAR	%	100,00	ATIVIDADE MANTIDA

PROGRAMA: 0009 ATENDIMENTO A EDUCAÇÃO ESPECIAL

OBJETIVO: PROPORCIONAR CONDIÇÕES DE ACESSO A EDUCAÇÃO AOS ALUNOS PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS, POSSIBILITANDO SUA INTEGRAÇÃO SOCIAL.

AÇÃO	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	META	RESULTADO ESPERADO
2.038	MANUT. ATIVIDADES C/ EDUCAÇÃO ESPECIAL	%	100,00	ATIVIDADE MANTIDA

MUNICÍPIO DE HELIODORA

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2009  
 DEMONSTRATIVO DAS METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

PROGRAMA: 0011 ATENDIMENTO AO TRANSPORTE ESCOLAR

OBJETIVO: PROPORCIONAR TRANSPORTE DE QUALIDADE E SEGURANCA AOS ALUNOS DA ZONA RURAL.

AÇÃO	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	META	RESULTADO ESPERADO
2.040	MANUT. TRANSP. ESCOLAR ENS. FUND. REC. - PROPRIOS	%	100,00	ALUNOS TRANSPORTADOS

ENTIDADE: INST. PREVIDENCIA MUNICIPAL DE HELIODORA

PROGRAMA: 0021 PREVIDENCIA SOCIAL A SEGURADOS

OBJETIVO: GARANTIR O PAGAMENTO DE INATIVOS E PENSIONISTAS DOMUNICPIO DE HELIODORA.

AÇÃO	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	META	RESULTADO ESPERADO
6.005	PAGAMENTO DE INATIVOS E PENSIONISTAS	%	100,00	ATIVIDADE MANTIDA

ENTIDADE: CAMARA MUNICIPAL DE HELIODORA (MG)

PROGRAMA: 0022 PROCESSO LEGISLATIVO

OBJETIVO: PROVER A CAMARA MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS E MATERIAIS NECESSARIOS AO CUMPRIMENTO DE SUAS FUNCOES

AÇÃO	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	META	RESULTADO ESPERADO
3.001	CONSTRUCAO DO PREDIO DA CAMARA MUNICIPAL.	%	100,00	PREDIO CONSTRUIDO.
4.001	MANUTENCAO DO CORPO LEGISLATIVO.	%	100,00	ATIVIDADE MANTIDA.
4.003	MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DA CAMARA MUNICIPAL	%	100,00	ATIVIDADE MANTIDA.

# MUNICÍPIO DE HELIODORA

## Índice Geral

<b>Relatório</b>	<b>Página</b>
Texto da Lei da LDO	3
Demonstrativo I - Metas Anuais	27
Demonstrativo IV - Evolução do Patrimônio Líquido	28
Demonstrativo V - Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos	29
Demonstrativo VI - Avaliação Financeira do Regime Próprio de Previdência Social	30
Demonstrativo VIII - Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado	32
Demonstrativo IX - Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências	34
Demonstrativo das Metas e Prioridades da Administração	36